



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

05/11/2012

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. DECISÕES.....	1 - 2
1.2. SEM ASSUNTO.....	3
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. PRESIDENTE.....	4
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. CONVÊNIOS.....	5
3.2. EVENTOS.....	6
3.3. SEM ASSUNTO.....	7

Caso Décio: envolvidos têm soltura negada

Justiça do Maranhão já negou, até o momento, quatro pedidos de habeas corpus para suspeitos de participação na morte do jornalista e blogueiro Décio Sá. **Polícia 8**

Justiça já negou quatro habeas corpus para envolvidos no caso Décio

A negativa mais recente foi para Raimundo Sales Chaves Júnior, o *Júnior Bolinha*, que é acusado de contratar o pistoleiro Jhonatan de Sousa Silva

Thiago Bastos
Da equipe de O Estado



Desde as prisões dos envolvidos na morte do jornalista de O Estado e blogueiro Décio Sá, a Justiça do Maranhão negou, até o momento, quatro pedidos de habeas corpus em favor dos acusados. O último a ter a solicitação de liberdade negada foi Raimundo Sales Chaves Júnior, conhecido como *Júnior Bolinha*, acusado de ter contratado Jhonatan de Sousa Silva, denunciado como o autor dos tiros que mataram o jornalista. Antes, tiveram os pedidos de habeas corpus negados os agiotas Gláucio Alencar Pontes Carvalho e José de Alencar Miranda Carvalho, além do capitão Fábio Aurélio Saraiva Silva, o *Capita*.

Quanto à negativa mais recente, a conclusão do desembargador Raimundo Nonato de Souza, relator do processo, com base na decisão da juíza de 1º grau, Ariane Castro Pinheiro, é de que, para a garantia da ordem pública e econômica, é necessária a manutenção de *Júnior Bolinha* na prisão, em razão de considerar temeridade que o denunciado volte a praticar outros atos de mesma natureza. O relator acrescentou que não é válido se falar em substituição da prisão preventiva por medidas cautelares, quando o decreto prisional está em plena conformidade com hipóteses previstas em lei.

No dia 11 de outubro deste ano, em decisão unânime, a 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA) negou o pedido de habeas corpus para os empresários Gláucio Alencar Pontes Carvalho e José de Alencar Miranda Carvalho, pai de Gláucio. Os dois foram apontados como os agiotas que teriam contratado Jhonatan, com o auxílio de *Júnior Bolinha*, para executar Décio Sá. À época, o desembargador Raimundo Nonato de Souza constatou que a decisão de manter as prisões de Gláucio e Miranda foi fundamentada, sem qualquer afronta à Constituição Federal.

Já no dia 19 de outubro, o ex-subcomandante do Batalhão de



Júnior Bolinha foi o quarto envolvido no assassinato do jornalista Décio Sá a ter habeas corpus negado

Entenda o caso

O jornalista da editoria de Política de O Estado, Décio Sá, 42 anos, foi assassinado no dia 23 de abril deste ano, com seis tiros. Ele foi morto em um bar na Avenida Litorânea, em São Luís, por volta das 23h30 daquele dia com quatro tiros disparados na cabeça do jornalista e dois no tórax. As investigações deram conta de que dois homens teriam chegado ao local em uma motocicleta, e um deles teria entrado no estabelecimento para efetuar os disparos. Após o crime, o executor teria fugido na moto com o comparsa que o aguardava do lado de fora do bar.

Durante a elucidação do caso, o secretário de Segurança Pública do Maranhão (SSP), Aluisio Mendes, afirmou que o crime foi motivado por reportagens publicadas no blog pelo jornalista. A quadrilha, que atuava no desvio de verbas de merenda escolar e em crime de agiotagem, começou a ter prejuízo a partir da publicação de reportagens feitas por Décio Sá. Um consórcio, formado por empresários, encomendou a execução do jornalista. O executor do crime confessou que cobrou R\$ 100 mil para matar o jornalista, mas teria recebido apenas R\$ 20 mil do valor combinado.

Choque da Polícia Militar do Maranhão (PMMA), capitão Fábio Aurélio Saraiva Silva, o *Capita*, também teve o pedido de habeas corpus negado. O militar é acusado de ter fornecido a arma usada na execução do jornalista Décio

Sá. A decisão foi também fundamentada na tese de que os motivos que decretaram a prisão de *Capita* não vislumbram qualquer irregularidade. Na madrugada do último dia 13 de junho, a polícia prendeu os principais envolvidos na morte de Sá. Além de Gláucio, Miranda, *Júnior Bolinha* e Jhonatan, também foi preso Fábio Aurélio do Lago e Silva, o *Bochecha*. Na época, também foram indiciados e denunciados à Justiça Marcos Bruno de Oliveira Amaral; Elker Farias Veloso, o *Diego*, acusado de ter auxiliado Jhonatan na fuga, no dia do crime; Ronaldo Ribeiro, apontado como comparsa do grupo de agiotas liderado por Gláucio e Miranda; Shirliano Graciano de Oliveira, o *Balão*, que teria auxiliado na operação para matar Décio Sá, e os policiais da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) Alcides Nunes da Silva e Joel Durans Medeiros, acusados de auxílio informal a Gláucio e Miranda para a morte de Décio.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2012
Processo n.º 33.074/2012

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna pública a **SUSPENSÃO** do Pregão Eletrônico (SRP), Tipo **MENOR PREÇO TOTAL**, por **LOTE**, para **Aquisição de água mineral acondicionada em vasilhames plásticos de 20 litros e garrafas plásticas de 1,5 litros, bem como o fornecimento de vasilhames plásticos de 20 litros**, para adequações do Termo de Referência, conforme solicitação do Setor competente.

Neste sentido, a abertura das propostas definida para o dia **01/11/2012, às 10:00 horas (horário de Brasília)** está cancelada, ficando para momento ulterior a definição de nova data, com a conseqüente publicação do aviso.

São Luís, 31 de outubro de 2012.

THIEGO CHUNG DE FARIAS
Pregoeiro TJ/MA



Guerreiro Júnior, ladeado pelos juízes Marcelo Lobo e Paulo de Assis, participa de evento no Sergipe

Encontro do Poder Judiciário

O presidente do Tribunal de Justiça, Antônio Guerreiro Júnior, tem encontro nesta terça-feira como uma das maiores personalidades do Judiciário Nacional, o ministro Joaquim Barbosa, que no próximo dia 22 assume a presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) e que foi o relator do mensalão, que mandou para cadeia políticos e empresários envolvidos na compra de votos pelo PT no Congresso Nacional. Barbosa é um dos palestrantes do encerramento do VI Encontro Nacional do Judiciário, que será realizado em Aracaju (SE), hoje e amanhã.

CGJ-MA assina convênio com a Arpen para utilizar sistema de registro civil

O corregedor-geral da Justiça do Maranhão, des. Cleones Carvalho Cunha, assinou um acordo de cooperação com Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (Arpen-SP), com o objetivo de utilizar, gratuitamente, sistema para interligar unidades de registro de maternidades aos Ofícios de Registro Civil. A assinatura do acordo ocorreu na semana passada, na sede da Arpen-SP, Centro de São Paulo. A associação foi representada pelo seu 2º vice-presidente, Luís Carlos Vendramin Júnior.

Com a utilização do sistema, o Maranhão será mais um Estado a ter nas maternidades as unidades interligadas aos Ofícios de Registro Civil de Pessoas Naturais. Atualmente, as unidades de registro das maternidades maranhenses funcionam sem comunicação direta com as Serventias Extrajudiciais.

“Ao contrário do que ocorre hoje, o sistema da Arpen-SP possibilita que as unidades interligadas estejam em comunicação direta, via internet, com os registradores. Assim, eles podem avaliar a documentação, autorizar o registro e enviar

a certidão, tudo com o certificado digital”, comenta o corregedor-geral Cleones Cunha. O sistema da Arpen-SP agilizará mais ainda o registro de nascimento e a emissão da certidão nas maternidades do Maranhão.

De acordo com informações da Arpen-SP, além de São Paulo, utilizam o sistema os Estados do Mato Grosso, Rio de Janeiro e Ceará. Além de interligar as unidades das maternidades os Ofícios de Registro Civil de Pessoas Naturais, o sistema, no futuro, poderá facilitar a comunicação entre os Estados, evitando as fraudes, realizando comunicações importantes e solicitando, digitalmente, por exemplo, 2ª via de documentos.

A implantação do sistema no Maranhão atende às especificações técnicas definidas no Provimento 13 do Conselho Nacional de Justiça, de 2010, que dispõe sobre como devem ser emitidas as certidões de nascimento nas maternidades do Brasil. O acordo assinado entre a CGJ-MA e Arpen-SP tem vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por tempo indeterminado após o seu término.

VI Encontro Nacional do Judiciário começará nesta 2ª-feira em Sergipe

O VI Encontro Nacional começa nesta segunda-feira (5/11), às 19h, no auditório do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJ-SE), em Aracaju, com abertura pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ayres Britto. O evento reúne os presidentes dos 91 tribunais do país e os conselheiros do CNJ e tem por objetivo ações prioritárias para aprimorar a gestão nos tribunais. Próximo presidente do STF e do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, também participará do evento.

Para o encontro, o CNJ fez um levantamento sobre gestão estratégica que contou com a participação de todos os tribunais. O questionário aplicado permitiu traçar um diagnóstico para verificar o nível de adesão dos tribunais às práticas de

gestão estabelecidas pelo Judiciário brasileiro, por meio da Resolução 70, de 18 de março de 2009.

Os dados coletados apontam que o Judiciário tem intensificado ações de gestão estratégica — 97% dos tribunais já definiram em sua estrutura uma unidade específica para tratar do tema. O acompanhamento da execução dos projetos foi outro ponto positivo do estudo. A maioria (80%) está acompanhando a execução, por meio do monitoramento dos projetos ou avaliações das metas.

O encontro é realizado anualmente sob a coordenação do CNJ, com o fim de avaliar a Estratégia Nacional estabelecida para a Justiça, divulgando, para tanto, o desempenho dos tribunais no cumprimento de projetos e metas nacionais.

■ Processo eletrônico

A implantação no novo sistema eletrônico nos tribunais se aproxima. Ao advogado, resta se adaptar e adquirir os equipamentos necessários para acompanhar o sistema que visa agilidade, facilidade e organização para o Judiciário.

A saída do papel para os meios digitais deve representar a saída de R\$ 2,2 mil, em média, do bolso dos operadores do Direito.